



**A RECONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA AS  
RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA PRÁTICA DAS PROFESSORAS DE  
LÍNGUA PORTUGUESA, ARTE E HISTÓRIA DO IF BAIANO CAMPUS  
GUANAMBI**

Etelvina de Queiroz Santos 1<sup>1</sup>  
Colégio Estadual Antônio Batista

Valdimir Pereira Reis 2<sup>2</sup>  
Colégio Estadual Antônio Batista

Maria do Amparo Oliveira Brito 3<sup>3</sup>  
Colégio Estadual Antônio Batista

Etevaldo da Silveira Caldas 4<sup>4</sup>  
Colégio Estadual Antônio Batista

**Resumo:** Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa que buscou compreender como se recontextualizam as políticas curriculares para a educação das relações étnico-raciais para o Ensino Médio, Técnico e Tecnológico do IF Baiano campus Guanambi. Tem como principal referencial as contribuições de Basil Bernstein (1996) com a teoria da recontextualização, e, também, os estudos no campo do currículo e das relações étnico-raciais. O conceito de recontextualização de Bernstein (1996) defende que o discurso pedagógico não é um discurso em si, mas é um princípio de recontextualização que se apropria de outros discursos e os realocam de acordo sua própria lógica de ordenamento. A investigação buscou compreender como o discurso pedagógico para a educação das relações étnico-raciais produzido no campo oficial (documentos e leis) é recontextualizado no campo não oficial (práticas, conteúdos) nas disciplinas de língua portuguesa e arte por meio da prática das professoras das referidas disciplinas. Os dados foram construídos por meio da análise de documentos oficiais e entrevistas semiestruturadas. Ao longo da pesquisa, percebeu-se que muitos desafios precisam ser enfrentados para que, verdadeiramente, aquilo que se propõe à legislação vigente seja assimilado, interpretado e recontextualizado na prática pedagógica das professoras de Arte, Língua Portuguesa e História do IF Baiano - campus Guanambi, uma vez

<sup>1</sup> Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – PPGED/UESB. Atua como professora da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino no município de Candiba – BA, Brasil. E-mail: vik714@hotmail.com

<sup>2</sup> Mestre em Ciências da Educação pelo Programa de Pós-graduação da FICS - Facultad Interamericana de Ciencias Sociales – Assunção - Paraguai. Atua como professor da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino no município de Candiba – Ba, Brasil. E-mail: valdimir.asa@gmail.com

<sup>3</sup> Mestre em Ciências da Educação pelo Programa de Pós-graduação da FICS - Facultad Interamericana de Ciencias Sociales – Assunção - Paraguai. Atua como professor da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino no município de Candiba – Ba, Brasil. E-mail: amparocba@yahoo.com

<sup>4</sup> Mestre em Ciências da Educação pelo Programa de Pós-graduação da FICS - Facultad Interamericana de Ciencias Sociales – Assunção - Paraguai. Atua como professor da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino no município de Candiba – Ba, Brasil. E-mail: etevaldocaldas@hotmail.com

que as docentes ainda encontram dificuldades no trabalho de articulação entre as questões étnico-raciais e as disciplinas que ministram aulas.

**Palavras-chave:** Prática pedagógica. Recontextualização. Relações étnico-raciais.

## Introdução

O presente trabalho constitui-se um recorte de uma pesquisa de mestrado e apresenta uma discussão a respeito de como se recontextualizam as políticas curriculares para educação das relações étnico-raciais nas disciplinas de língua portuguesa, história e arte na prática dos professores do IF Baiano *campus* Guanambi. Neste estudo, tomamos como objeto de pesquisa a manifestação das políticas curriculares para as relações étnico-raciais nas práticas pedagógicas.

Para tanto, nos orientamos pelos referenciais do conceito de recontextualização de Basil Bernstein (1996). O referido autor defende que o discurso pedagógico não é um discurso em si, mas é um princípio de recontextualização que se apropria de outros discursos e os realocam de acordo sua própria lógica de ordenamento. Bernstein (1996) identifica a presença de dois campos recontextualizadores pedagógicos: o oficial e o não oficial.

Nesta pesquisa, acessamos o campo oficial por meio dos documentos: Lei 10.639/03 modificada pela Lei 11.648/08, Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais, Plano das Diretrizes Institucionais do Instituto Federal Baiano e Projeto Político Pedagógico da escola, com o objetivo de apreendermos como o discurso pedagógico para a educação das relações étnico-raciais é produzido nesses documentos. No campo não oficial (práticas, conteúdos) buscamos perceber “o quê” está sendo dito, “como” está sendo dito, a forma de transmissão e recontextualização dos documentos oficiais, por meio de entrevista com professores de Arte, Língua Portuguesa e História<sup>5</sup>.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, foi possível perceber como se efetiva, no cotidiano escolar, por meio da prática pedagógica das professoras, o processo de recontextualização das propostas curriculares para educação das relações étnico-raciais.

## Objetivos

---

<sup>5</sup>A escolha das professoras de Arte, Língua Portuguesa e História se deu para atender as determinações da Lei 10.639/03, modificado pela 11.646/08, que estabelece que os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística, Língua Portuguesa e História.

Compreender como o discurso pedagógico para a educação das relações étnico-raciais produzido no campo oficial (documentos e leis) é recontextualizado no campo não oficial (práticas, conteúdos) nas disciplinas de língua portuguesa, arte e história.

### **Metodologia**

Este trabalho é eminentemente qualitativo, pois, além da análise documental realizamos entrevista, a fim de compreender o que acontece na prática pedagógica das professoras de língua portuguesa, história e arte por meio do “currículo realizado”.

Segundo Sacristán (2000), o currículo realizado tem o poder de produzir os mais diversos efeitos observáveis, mensuráveis, também efeitos que são ocultos: cognitivo, afetivo, social, moral entre outros, que refletem na aprendizagem dos alunos e se projetam no ambiente social e familiar.

O uso da entrevista como técnica de investigação permite que adentremos ao entorno do mundo subjetivo dos participantes “[...] numa tentativa de entender o significado que eles dão as suas próprias ações, o sentido que dão as suas vidas ou aspectos circunscritos dela, as interpretações que fazem das situações em que estão ou estiveram envolvidos,” (AMADO, 2013, p.12).

Dessa forma a entrevista semiestruturada as com professores de arte, língua portuguesa e história permitiu verificar o posicionamento de cada docente em suas disciplinas, ao abordar os conteúdos referentes as relações étnico-raciais.

### **Da recontextualização a prática: lendo as políticas das relações étnico-raciais**

Para esta pesquisa, interessam-nos, especificamente, as formulações referentes ao processo de recontextualização pedagógica dos discursos produzidos no contexto escolar. Bernstein (1996, p. 234) ressalta que “[...] a comunicação pedagógica é o condutor de relações de classe; o condutor de relações de gênero; o condutor de relações religiosas, de relações regionais”. Podemos inferir que seja, também, condutor das relações étnico-raciais. Segundo este autor, “o discurso pedagógico é, pois, um princípio que tira (desloca) um discurso de sua prática e contexto substantivos e recoloca aquele discurso de acordo com seu próprio princípio de focalização e reordenamento seletivos. (BERNSTEIN, 1996, p. 259).

Nesta teoria, o discurso é um poderoso instrumento capaz de deslocar e realocar o texto original. O sujeito da ação educativa tem o poder de utilizar dos conhecimentos prévios para interpretar e recontextualizar o discurso formulado originalmente. Assim, os discursos produzidos pelos movimentos negros ao longo dos séculos possibilitaram muitas

## IV SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO E III SEMINÁRIO DA CONSCIÊNCIA NEGRA

### EDUCAÇÃO E MULTICULTURALIDADE: SABERES E SENTIDOS



reinterpretações; isso culminou na produção da política que busca transformar em prática os discursos produzidos em torno da legislação, visto que, para Bernstein (1996), o discurso não se resume a uma mera realização da linguagem, mas um elemento de uma complexa rede de relações sociais e de poder.

De acordo com Bernstein (1996), o Discurso Pedagógico (DP) inclui três níveis fundamentais: a produção, a recontextualização e a transmissão. Esse discurso é determinado por um conjunto complexo de relações que pressupõe a intervenção de diferentes campos e contextos desde o macronível – campo de Estado – até o micronível – sala de aula.

Assim, ao analisarmos os documentos oficiais que compõem a política curricular do Instituto Federal Baiano, acessamos o macronível desta política, e as entrevistas realizadas com as professoras de arte, língua portuguesa e história nos proporcionaram o acesso ao micronível. Dessa forma, as extensões do discurso Pedagógico Oficial (DPO) estão relacionadas com o que se ensina e com a forma como se ensinam os conhecimentos sobre as relações étnico-raciais nas referidas disciplinas.

#### **Discussão/Resultados**

Quando questionada sobre a relação da sua disciplina com o que propõe as diretrizes curriculares para educação das relações étnico-raciais, a professora de português respondeu:

A língua e a linguagem permitem ao indivíduo comunicar e conhecer como viveu o homem de diferentes épocas. Desse modo, a disciplina de Língua Portuguesa pode contribuir para o entendimento e avanço nas interpretações acerca da temática contrastada por diferentes períodos históricos. Além disso, na prática, o letramento dos alunos em sala de aula lhes permite sair da invisibilidade inerente à organização curricular brasileira e assumirem-se como sujeitos sociais. Logo, o letramento é uma forma eficiente de dar voz a indivíduos marcados pela exclusão não só linguística, mas culturalmente marcada por relações étnicas que negligenciam e suprimem as minorias das práticas socioculturais. O letramento é, portanto, um importante mecanismo para vencer as desigualdades sociais e afirmar as identidades afro-brasileiras (PROFESSORA DE PORTUGUÊS, 2017).

Aqui, a professora trata do papel do letramento para a inclusão do sujeito na sociedade e na construção de um conhecimento histórico crítico a respeito da realidade que, de certa forma, não está fora dos propósitos das políticas curriculares para as relações raciais. Contudo, demonstra o seu limite no que se refere à amplitude que abarca a temática, o que significa que, “[...] tais políticas têm como meta o direito dos negros se reconhecerem na

## IV SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO E III SEMINÁRIO DA CONSCIÊNCIA NEGRA

### EDUCAÇÃO E MULTICULTURALIDADE: SABERES E SENTIDOS



cultura nacional, expressarem visões de mundo próprias, manifestarem com autonomia, individual e coletiva, seus pensamentos” (BRASIL, 2004, p. 10).

Além disso, é necessário reconhecer a importância dos/as negros/as para a construção social, cultural e econômica do país, visto que o “[...] reconhecimento requer a adoção de políticas educacionais e de estratégias pedagógicas de valorização da diversidade, a fim de superar a desigualdade étnico-racial presente na educação escolar brasileira, nos diferentes níveis de ensino” (BRASIL, 2004, p. 12).

Em outra direção, as professoras de arte e história falam das contribuições de suas disciplinas em suas práticas pedagógicas a fim de desmistificar o preconceito racial. A docente de arte assim relata:

As discussões, [...] sobre preconceito, sobre as contribuições do negro, sobre a constituição da identidade baiana, não só brasileira, mas especialmente baiana, são contempladas em minha disciplina; eu falo da contribuição da música afro para a nossa cultura” (PROFESSORA DE ARTE, 2017).

A professora de história diz que questiona com os/as alunos/as: “Você é contra ou a favor de cotas raciais? Por que é a favor ou contra?” Ela complementa dizendo: “É essencial eles entenderem que se a gente trabalha hoje com as políticas raciais [...] é consequência da falta de assistência pública que houve no início da abolição” (PROFESSORA DE HISTÓRIA, 2017).

As falas das professoras contemplam as propostas da legislação vigente, visto que no âmbito das políticas de promoção da igualdade racial, a Lei nº 10.639/03 modificada pela Lei 11.646/2008 busca desconstruir estereótipos a respeito do continente africano e dos afro-brasileiros, exigindo o reconhecimento e a valorização de culturas e identidades historicamente discriminadas e invisibilizadas. Nesse sentido, a prática pedagógica das professoras entrevistadas pode se configurar como possibilidade na perspectiva da superação desses mecanismos ideológicos que dão sustentação às desigualdades raciais e sociais no Brasil.

Nesse contexto, a recontextualização que propõe os documentos oficiais na prática pedagógica poderá contribuir para a superação de anos de desigualdades e injustiças que se estabeleceram no sistema educacional brasileiro.

Bernstein (1996) define o processo de mover um discurso de uma posição para outra como recontextualização pedagógica. O autor reconhece que “[...] quando um discurso é movido por recontextualização do seu contexto original para o contexto pedagógico, o

## IV SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO E III SEMINÁRIO DA CONSCIÊNCIA NEGRA

### EDUCAÇÃO E MULTICULTURALIDADE: SABERES E SENTIDOS



discurso original é abstraído da sua base social, posição e relações de poder” (BERNSTEIN, 1996, p. 38).

Dessa forma, temos como exemplos as disciplinas escolares como modelo de discursos recontextualizados, uma vez que elas foram direcionadas do campo acadêmico e reposicionadas para servir a determinados propósitos no contexto escolar.

### Conclusões

Ao analisarmos os discursos das professoras percebemos, em suas narrativas, o que cada uma seleciona a partir do que considera importante para contemplar a proposta curricular; fazem isso quando definem o que deve ou não ser transmitido. Assim, de acordo com o conhecimento que se tem sobre as relações étnico-raciais, decidem quais as atividades necessitam ser realizadas.

Além disso, Ficou perceptível que as docentes ainda encontram dificuldades no trabalho de articulação entre as questões étnico-raciais e as disciplinas que ministram aulas. Percebemos que as resistências advêm por não terem um referencial, uma direção para iniciar o trabalho com a cultura afro-brasileira, visto que, em sua maioria, as professoras não tiveram, em suas graduações, contato com disciplinas específicas sobre a História da África.

### Referências

AMADO, João. **Manual de investigação qualitativa em educação**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013

BERNSTEIN, Basil. **A estruturação do discurso pedagógico: classe, códigos e controle**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Luis Fernando Gonçalves Pereira. Petrópolis: Vozes, vol. IV, 1996.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC/Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, 2004

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.